



2ª VARA CÍVEL - FORO REGIONAL XII - NOSSA SENHORA DO Ó- TJ/SP

EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1ª e 2ª praça) dos bens imóveis abaixo descritos, para conhecimento de eventuais interessados e para intimação da executada: **RITA DE CASSIA SALVATORE (CPF/MF Nº 090.654.478-57)**, e seu cônjuge, se casada for; dos credores: **FLAVIO ALFREDO DOS SANTOS (CPF/MF Nº 271.346.068-99)** e **ANTONIO NETO PESSOA (CPF/MF Nº 465.511.904-72)**; bem como o terceiro interessado: **CONDOMINIO EDIFICIO STELLA DALVA (CNPJ/MF Nº 59.273.342/0001-28)**.

A MM. Juíza de Direito Dra. Daiane Thaís Souto Oliva de Souza, da 2ª Vara Cível – Foro Regional XII – Nossa Senhora do Ó, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, por este Juízo, processam-se os autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial, ajuizada por **ELIANE PERES PENIN MORGANTI (CPF/MF Nº 053.363.158-00)** e **JULIANE PENIN MORGANTI (CPF/MF Nº 418.804.968-52)** em face de **RITA DE CÁSSIA SALVATORE (CPF/MF Nº 090.654.478-57)**, nos autos do **Processo nº 1012769-65.2020.8.26.0020**, e foi designada a venda dos bens descritos abaixo, nos termos dos artigos 246 a 280 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP que disciplina a Alienação em Leilão Judicial, assim como os artigos 879 a 903 do CPC, e de acordo com as regras expostas a seguir:

01 - BENS: **LOTE 01 - LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL:** Rua Anastácio de Souza Pinto, nº297, Apartamento nº 133, Nossa Senhora do Ó, São Paulo/SP – CEP: 02926-900 - **DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:** Apartamento nº 133, localizado no 13º andar do Edifício Stella Dalva, situado na Rua Anastácio de Souza Pinto, nº 297, esquina com a Rua Joana Ribeiro, no 4º Subdistrito Nossa Senhora do Ó. Tendo 73m² de área privativa e 27,771m² de área real comum, 100,771m² de área real total, correspondendo-lhe no terreno uma fração ideal de 1,22468.

DADOS DO IMÓVEL

Inscrição Municipal nº	104.115.0280-7	
Matrícula Imobiliária nº	121.386	8º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP

ÔNUS

Registro	Data	Ato	Processo/Origem Ato	Credores
Av.08	26/02/2024	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 1000498-30.2020.5.02.0024	Flavio Alfredo dos Santos
Av. 09	08/10/2024	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 1001589-63.2019.5.02.0066	Antonio Neto Pessoa

DÉBITOS TRIBUTÁRIOS: R\$ 2.001,56 (Mar/2025) - R\$ 1.729,57 referente aos débitos inscritos em Dívida Ativa e R\$ 271,99 referente aos débitos não inscritos em Dívida Ativa. Os débitos tributários são sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Parágrafo Único, Código Tributário Nacional).

DÉBITO CONDOMINIAL: Eventuais débitos condominiais ficarão sub-rogados no valor da arrematação (artigo 908, §1º, do CPC).

LOTE 02 - LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL: Rua Anastácio de Souza Pinto, nº297, Vaga de garagem nº 57, Nossa Senhora do Ó, São Paulo/SP – CEP: 02926-900 - **DESCRIÇÃO**





DO IMÓVEL: Uma vaga de garagem nº 57, localizada no 2º subsolo do Edifício Stella Dalva situado na Rua Anastácio de Souza Pinto, nº 297, esquina com a Rua Joana Ribeiro, no 42 Subdistrito Nossa Senhora do Ó, para estacionamento de um veículo de passeio padrão ou porte pequeno. Tendo 12,10m² de área privativa, 13,745m² de área comum, 25,745m² de área real, correspondendo-lhe no terreno uma fração ideal de 0,1814%.

DADOS DO IMÓVEL

Inscrição Municipal nº	104.115.0358-7	
Matrícula Imobiliária nº	121.387	8º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP

ÔNUS

Registro	Data	Ato	Processo/Origem Ato	Credores
Av.04	26/02/2024	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 1000498-30.2020.5.02.0024	Flavio Alfredo dos Santos
Av. 05	08/10/2024	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 1001589-63.2019.5.02.0066	Antonio Neto Pessoa

DÉBITOS TRIBUTÁRIOS: R\$ 612,72 (Mar/2025) – R\$ 417,84 referente aos débitos inscritos em Dívida Ativa e R\$ 194,88 referente aos débitos não inscritos em Dívida Ativa. Os débitos tributários são sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Parágrafo Único, Código Tributário Nacional).

OBSERVAÇÕES PARA TODOS OS LOTES:

OBS.01: Foram opostos Embargos à Execução (Processo nº 1001394-96.2022.8.26.0020), objetivando a nulidade dos atos da execução, bem como a retenção das benfeitorias efetuadas no imóvel locado. Os embargos foram julgados improcedentes, e em sede recursal o recurso não foi conhecido por ausência de preparo. Trânsito em julgado em 28.11.2024.

OBS.02: A executada impugnou a constrição judicial que recaiu sobre o imóvel, objetivando o reconhecimento de impenhorabilidade, por supostamente se tratar de bem de família. A impugnação não foi acolhida (Fls. 548/549). Da decisão não houve recurso.

OBS.03: Foi oposta Exceção de Pré-Executividade (Fls. 565/578), objetivando o reconhecimento de bem de família, bem como requer que a avaliação seja feita por perito. Referido incidente não foi acolhido e as avaliações apresentadas pelo exequente foram homologadas (Fls. 665/666). Da decisão não houve recurso.

OBS.04: As penhoras deferidas às fls. 178/179 estão pendentes de registro nas correspondentes matrículas imobiliárias. Eventuais regularizações registrais/cadastrais serão de responsabilidade do arrematante.

OBS.05: Os lotes deverão ser arrematados como lote único.





VALOR DE AVALIAÇÃO DE TODOS OS LOTES: R\$ 378.085,01 (Out/2023 – Média das avaliações às fls.514/515 – Homologação às Fls. 558/560).

VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO DE TODOS OS LOTES: R\$ 407.357,09 (Abr/2025). O valor de avaliação será atualizado à época das praças através do índice do E. TJ/SP.

DÉBITO EXEQUENDO: R\$ 301.335,88 (Set/2023 – Fls. 513).

02 – DATAS: A 1ª Praça terá início no dia **16 de maio de 2025, às 14 horas e 30 minutos, e se encerrará no dia 19 de maio de 2025, às 14 horas e 30 minutos.** Não havendo lance igual ou superior à avaliação nos 3 (três) dias subseqüentes ao início da 1ª Praça, a **2ª Praça seguir-se-á sem interrupção, iniciando-se em 19 de maio de 2025, às 14 horas e 30 minutos, e se encerrará em 11 de junho de 2025, às 14 horas e 30 minutos.**

03 – CONDIÇÕES DE VENDA: Será considerado arrematante aquele que ofertar o maior lance, **sendo que em segunda praça serão aceitos lances iguais ou superiores** a 60% do valor da avaliação (artigo 891, parágrafo único do CPC e artigos 261 e 262 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP). **Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas de arrematação parcelada** exclusivamente eletrônicas pelo sítio eletrônico da gestora (www.alfaleiloes.com), sendo necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta e o restante em até 30 parcelas mensais e iguais (podendo oscilar de acordo com a atualização monetária). O saldo devedor (parcelado) sofrerá correção mensal pelo índice do E. TJ/SP e será garantido por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, em diferentes condições, será declarada vencedora a proposta mais vantajosa, assim compreendida, de maior valor; ou em propostas de iguais condições, será declarada vencedora a proposta formulada em primeiro lugar. (artigo 891, parágrafo único, artigo 895, §§ 1º ao 8º do CPC).

04 - LEILOEIRO: O leilão será realizado pelo Leiloeiro Público Oficial, **DAVI BORGES DE AQUINO**, matriculado na Junta Comercial de São Paulo sob nº 1.070, através da plataforma Alfa Leilões - Especialista em Imóveis (www.alfaleiloes.com). Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal <http://www.alfaleiloes.com> (artigos 12 e 13 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

05 – PREFERÊNCIA DE AQUISIÇÃO: Havendo mais de um pretendente e em igualdade de oferta, o devedor ou respectivo cônjuge, companheiro, dependentes, descendente ou ascendente do executado e coproprietários, terão preferência na aquisição dos bens, nessa ordem (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC).

06 – ARREMATAÇÃO PELA PARTE EXEQUENTE: Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (artigo 892, §1º, CPC).

07 – QUOTA-PARTE: Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem (artigo 843, CPC).





08 – PAGAMENTO: O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil gerada no <https://portaldecustas.tjsp.ius.br/portaltjsp/login.jsp>, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 3 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (artigo 884, IV e artigo 892 do CPC).

09 – COMISSÃO DO LEILOEIRO: O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem. Tal valor será devido pelo arrematante ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de adjudicação do bem e pelo executado nos casos de acordo e remição, conforme Condições de Venda e Pagamento do leilão, e deverá ser paga mediante PIX, TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do leilão, na conta bancária do Leiloeiro Oficial: Davi Borges de Aquino, a ser indicada ao interessado após a Arrematação (artigo 884, parágrafo único do CPC, artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ e artigo 24, parágrafo único do Decreto nº 21.981/32).

10 – FRAUDE EM LEILÃO: Em hipótese alguma será permitida a desistência da arrematação. No caso de não pagamento do valor do bem arrematado, e da comissão devida à do leiloeiro no prazo estipulado, pode configurar fraude em leilão (artigo 358 do Código Penal). Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente, ficando ainda obrigado, nos termos do item 09, a pagar a comissão sobre o lance ofertado em favor do leiloeiro oficial, a título de multa. Fica nesta hipótese autorizado o leiloeiro a receber e aprovar os lances imediatamente anteriores, desde que obedecidos os limites e regras estabelecidas no presente edital.

11 – OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução nº 236/2016, CNJ). Para obtenção de descrição detalhada do imóvel, fica o Leiloeiro ou funcionário por este indicado, autorizado a diligenciar até o local do bem para vistoria e realização de fotos, acompanhado ou não de interessados (artigo 7º do Provimento CSM nº 1625/2009). Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados correrão por conta exclusiva do arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

12 - SUB-ROGAÇÃO DOS DÉBITOS: O Arrematante arcará com eventuais débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e exceto os decorrentes de débitos de condomínio (artigo 908, §1º, do CPC), os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.

13 – PLURALIDADE DE CREDORES: Havendo pluralidade de credores ou exequentes, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço (artigo 908, §1º, do CPC).

14 – PRORROGAÇÃO: O Leilão prosseguirá no dia útil imediato, até o mesmo horário previsto no Item 02, independentemente de novo Edital, se for ultrapassado o horário de expediente forense. Nesse mesmo período, havendo instabilidades técnicas ou motivos que prejudiquem o encerramento do Leilão conforme previsto no Item 02, a Praça poderá ser prorrogada pelo prazo necessário para garantir igualdade de condições aos licitantes. No período de 24 horas posteriores ao término





da praça poderão ser recebidas ofertas na modalidade de “Repasse”, nos termos do Item 02 (artigo 900 do CPC).

15 – FORMALIZAÇÃO DA ARREMATACÃO: A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, ocasião em que a será expedida a carta de alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel e a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel (artigo 880, CPC). Os referidos documentos serão expedidos depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (artigo 901, § 1º, CPC).

16 – IMISSÃO NA POSSE OU ENTREGA DO BEM: A imissão na posse e desocupação do imóvel ou entrega do bem (quando se tratar de bens móveis) são feitos dentro do processo em que é realizada a Hasta Pública, no qual o Juiz delegará um Oficial de Justiça, que dotado de um mandado judicial e juntamente ao Arrematante, realizará a desocupação do bem ou entrega, de modo que o bem arrematado será desocupado ou transferido, assegurando a propriedade nos termos do artigo 1.228 do Código Civil.

17 – VENDA DIRETA: Por uma questão de celeridade, economia e efetividade processual, restando negativo o leilão, já fica o mesmo Leiloeiro autorizado a prosseguir com a venda por intermédio de Alienação Particular (Provimento CSM nº 1496/2008), estabelecendo-se um prazo de 90 dias. Nesta ocasião, havendo propostas de compra do correspondente ativo, estas obedecerão estritamente aos termos do Item 03 deste Edital.

18 – DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Curupacê, nº 260, Mooca - CEP 03120-010 - São Paulo – SP, endereço eletrônico contato@alfaleiloes.com, telefone (11) 3230-1126 e Celular/WhatsApp (11) 93207-1308. A participação neste Leilão Eletrônico deve ser feita pelo sítio eletrônico da Alfa Leilões, no seguinte endereço: www.alfaleiloes.com.

19 – PUBLICAÇÃO: A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (artigo 889, Parágrafo Único, CPC). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei.

São Paulo, 03 de abril de 2025.

Eu, _____, escrevente, digitei.

Eu, _____, Escrivão(ã) – Diretor(a), subscrevi.

DRA. DAIANE THAÍS SOUTO OLIVA DE SOUZA
JUÍZA DE DIREITO

